



A HISTÓRIA DE PERNAMBUCO CONTADA POR DOCUMENTOS: AS GUERRAS HOLANDESAS E A DIVERSAS IDENTIDADES.

Elcimar Virginio Pereira Malta¹

RESUMO

É bastante conhecido da historiografia acerca do Brasil holandês os trabalhos que tratam das guerras de expulsão dos neerlandeses do Brasil e a formação de um nativismo pernambucano. Entretanto, a documentação proveniente do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e disponível através do Projeto Resgate Barão do Rio Branco nos traz relatos de militares que estiveram presentes na guerra holandesa, mas não fazem parte daquela elite açucareira. Entre 1630 e 1654, o Nordeste brasileiro e, principalmente, a então Capitania de Pernambuco, se viu envolvida nas guerras de resistência e expulsão dos holandeses. Nesse sentido, temos que as tropas luso-brasileiras contavam com militares tanto do reino como da colônia. As fontes coevas, oriundas do Arquivo Histórico Ultramarino, nos apresentam vários casos pedidos de mercês, principalmente aumento de soldos e pedidos de cargos durante e após a ocupação batava. Ao analisar esses casos, quase sempre nos deparamos com situações nas quais os militares haviam servido não apenas em Pernambuco naquele período, mas em outras partes do Império português. Ao solicitar a mercê, os militares colocavam a participação na guerra holandesa como motivo suficiente para o aumento de soldo e a obtenção de um posto melhor na milícia. Nosso objetivo é interpretar, através dessas fontes de pedidos de aumento ou obtenção de soldos por parte de militares veteranos, a formação de outros elos identitários que apontem para a fidelidade antes ao Império português do que à capitania de Pernambuco. Nesse sentido, seria possível perceber militares que não se identificam tanto com a guerra travada em Pernambuco. Assim, não corroboram a mentalidade de grupo formada na capitania de Pernambuco a partir da expulsão dos holandeses. Trata-se, pois, de outras identidades, mais afeitas a uma consciência e perspectiva de império, em que pese o contexto do Atlântico sul no século XVII.

Palavras Chave: Soldo, Mercê, Arquivo Histórico Ultramarino, Antigo Regime.

No presente trabalho falaremos sobre a formação de identidades, onde diferentemente da famosa e conhecida formada pelo nativismo pernambucano, mostraremos outros olhares sobre a motivação dos soldados em participarem das guerras que ocorreram na capitania de Pernambuco no século XVII contra os Holandeses. Tentaremos mostrar que esses soldados deviam fidelidade mais ao Império Português do que à capitania de Pernambuco ou tantas outras as quais eles lutaram pelo brasão de Portugal.

Para que possamos entender como se dá esse processo de formação de identidades é necessário fazermos uma viagem pelo contexto histórico da época, desde o início da ocupação

¹ Elcimar Malta, Graduando em História pela Universidade de Pernambuco foi bolsista do Cnpq, atualmente segue a mesma pesquisa livremente e trabalha com recuperação de documentos. malta.elcimar@gmail.com



do nordeste brasileiro para depois analisarmos nosso foco documental, que são os pedidos de pagamentos de soldos atrasados e a obtenção de vários tipos de mercês.

É sabido por nós que durante o século XVII uma companhia de comércio chamada West Indische Compagnie, ou Companhia das Índias Ocidentais junto com o governo neerlandês, promoveu uma invasão de caráter político-militar no nordeste das colônias da América Portuguesa, mais precisamente nas capitanias da Bahia (capitania Régia) e Pernambuco (capitania privada) a priori. Onde Antes de tudo, é necessário lembrarmos como se apresentavam as relações políticas entre os países envolvidos nesse acontecimento.

Segundo Evaldo Cabral de Mello (2010), após a consolidação militar e em seguida a independência dos Países Baixos, da Espanha no final do século XVI impulsionaram uma *ofensiva ultramarina visando a destruição das bases coloniais da riqueza e do poderio ibéricos*. (MELLO, 2010, p. 12) Já com o outro país ibérico, a relação era bastante diferente; porém até certo ponto. *Portugal e os Países Baixos tinham uma longa história de relações comerciais quando, em 1580, o reino uniu-se à monarquia plural dos Habsburgo madrilênhos* (MELLO, 2010, p. 11), união essa que é largamente conhecida como União Ibérica.

Após a independência dos Países Baixos, foi estabelecida entre esse país e a Espanha um tratado de paz, conhecida como a “trégua dos doze anos”, onde graças a várias negociações feitas por esses dois países *dispunha-se na Holanda de um excelente conhecimento não só das condições econômicas e sociais, mas também do litoral do Nordeste, dos seus portos e até do traçado urbano de Olinda* (MELLO, 2010, p. 13). Assim, os Países Baixos tiveram vantagens sobre outros países europeus como França e Inglaterra, que também eram inimigos da Espanha.

Mas, fora o conhecimento do litoral brasileiro e o forte comércio do açúcar na região, quais eram as vantagens de se invadir o Brasil? Podemos citar vários motivos, dentre eles o de que

Os ataques e ocupação de parte do território brasileiro, assim como o apresamento de navios de comércio com o Brasil, ao mesmo tempo que redundavam em lucro para essas nações, atingiam fortemente a Espanha, quer na sua economia, quer na integridade territorial do Império (ALBUQUERQUE, 1985, p. 109)

Outro motivo, talvez o mais importante, é que *a América portuguesa constituiria o elo frágil do sistema imperial castelhano, em vista da sua condição de possessão lusitana, o que conferia à sua defesa uma posição subalterna na escala das prioridades militares do*

governo de Madri (MELLO, 2010, p. 29). Dessa forma, o país inimigo que viesse a invadir a América portuguesa tinha vantagens em relação ao exército que aqui defendia o território, pois,

As guarnições militares da Bahia e Pernambuco, capitanias que pelas suas riquezas estavam mais expostas à cobiça dos estrangeiros, eram insuficientes em número e em preparo militar. Aumentava tal deficiência a falta de armas e munições e o despreparo dos soldados (ALBUQUERQUE, 1985, p. 113).

Cleonir Xavier de Albuquerque nos explica baseando-se em relatórios de um sargento-mor da época, chamado Diogo Campos Moreno, o qual diz que *na opinião dos moradores era possível garantir a guarda da terra com a própria população civil, que acudiria quando fosse necessário* (ALBUQUERQUE, 1985, p. 110), seguindo assim a lógica imposta por Portugal no século XVI, pois *a Coroa dá a cada donatário o título de comandante, colocando às suas ordens os colonos, além de programar a defesa do território baseando-se tão somente nesses colonos armados*. (SILVA, 2001, p. 71). Assim, a guarda das fazendas era legada a segundo ou terceiro plano pelos próprios proprietários e com isso contribuíam para que os soldados que se faziam presente nas capitanias do Brasil fossem mercenários, onde comumente eram mal pagos, mal vestidos e prestavam outros serviços não militares e quando os exercia (serviços militares), eram pagos normalmente em gêneros alimentícios.

A coroa espanhola, como foi exemplificado anteriormente, não gastava muito para a proteção do território brasileiro, pois, o mesmo Diogo Campos Moreno afirma que em 1612 *só nas companhias de presidio da Bahia e Pernambuco, serviam 260 soldados (na verdade 240, como retificou Hélio Viana), além das guarnições dos castelos e os colonos pediam a diminuição do número de soldados, porque “serviam de pouco.”* (ALBUQUERQUE, 1985, p. 110); número baixíssimo de soldados para a defesa de um litoral vasto como o das suas capitanias supracitadas.

Outro motivo para a invasão das capitanias do Nordeste era a de que *o Brasil poderia proporcionar excelente base de operação contra a navegação espanhola no Caribe, contra a navegação Portuguesa com o Oriente, sem falar na proximidade das minas de prata do Peru, cuja distancia da costa brasileira era então subestimada pela cartografia* (MELLO, 2010, p. 29). Assim, com tantos fatores a favor da invasão desse território pelos inimigos da coroa espanhola, a Holanda, que na época era uma das maiores, senão a maior potência econômica e uma das maiores em poderio militar pôde aliá-las ao seu conhecimento cartográfico e urbanístico das capitanias da Bahia e de Pernambuco para promoverem a invasão ao território brasileiro.



Vamos agora apresentar quem eram esses soldados que lutaram nessas guerras e a qual segmento da sociedade colonial ele fazia parte. *Voluntariamente, nenhum homem serviria como soldado* (SILVA, 2001, p. 112), pois, devido ao baixo soldo e *a própria origem dos soldados, retirados de pessoas de mau caráter* (SILVA, 2001, p. 113) fazia com que os homens não procurassem as armas da coroa como meio de vida; fora que *o serviço militar, como profissão e atividade permanente, sem as patentes superiores, não afidalgava nem era meio de vida conveniente* (Apud. Faoro. SILVA, 2001, p. 109). Outro fator que evidencia o desprestígio dos soldados é que no exército português, eram para serem admitidos, a priori, somente homens brancos, porém devido ao *próprio número reduzido de brancos no todo da sociedade* (SILVA, 2001, p. 98), faz com que, no Brasil, por exemplo, se admitam negros e índios no exército.

Na sociedade atual, vagabundo é como aquele que não faz nada é conhecido; e como sabemos, a nobreza do Antigo Regime, basicamente não fazia nada e nem por isso eram considerados vagabundos, muito pelo contrário, pois durante esse período, todo e qualquer trabalho manual era execrado e sinônimo de pobreza. Dessa forma, as fileiras de soldados eram compostas por homens considerados vagabundos, que basicamente pode ser *qualquer homem que não viver com senhor ou com amo, nem tiver ofício ou outro mester em que trabalhe ou ganhe sua vida* (Apud. Araújo. SILVA, 2001, p. 104); os mendigos também entravam nessa lista.

Passando agora ao ponto principal do nosso trabalho, devemos fazer primeiramente uma menção de onde foi possível pesquisar a documentação. Graças ao Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco (projeto resgate) disponível no Laboratório de Pesquisa e Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco (LAPEH), podemos pesquisar na coleção de documentos Portugueses sobre Pernambuco do conselho Ultramarino, o chamado Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Nessa documentação, podemos encontrar uma série de evidências para o que estamos propondo desde o início do trabalho: a formação de identidades diversas da formada pelo nativismo pernambucano.

Antes de chegarmos à análise dos documentos é importante termos uma noção de como se pensava a respeito das identidades dos soldados que lutaram nas guerras holandesas. O próprio José Antônio Gonsalves de Melo (1945), uma das grandes autoridades no tema, nos diz que aos soldados que lutaram nas guerras holandesas *deve-se não somente a vitória sobre o invasor com a conseqüente reintegração de Pernambuco no mundo da língua portuguesa e*





na formação cristã, como o ter despertado a nossa “consciência de espécie” e a consciência da unidade nacional (MELO, 1945, p. 185). Muito embora, tenhamos que discordar desse autor, pois o exército luso-brasileiro era composto por soldados das chamadas “Nações amigas”, como o Reino de Nápoles e a Irlanda, soldados portugueses e castelhanos, porque até a Restauração de Portugal as ordens de defesa e o envio de tropas eram feitas pela Coroa de Filipe II da Espanha. Há também inclusos nesse exército negros, índios e também os chamados “nascidos da terra”, que são filhos de portugueses nascidos na colônia. Tornando assim o exército misto em nacionalidades, além de que muitos vinham praticamente como mercenários.

Em uma Carta Régia, Filipe II em 1635, escreve:

Tenho mandado ordenar que trate de enviar uma boa leva de Irlandeses para a armada da restauração de Pernambuco em conformidade do que será resoluto acerca de se haver gente para o mesmo feito de nações estrangeiras obedientes, e de amigos, e aliados (AHU_ACL_CU_015. Cx 3 D.202).

Com esse trecho, podemos confirmar o que foi dito anteriormente. Os soldados que vinham para o socorro da capitania de Pernambuco, muitos nem ibéricos eram, além de que esses homens das nações “estrangeiras obedientes, amigas e aliadas” muito provavelmente não iriam mandar suas tropas regulares (caso tivessem) para território ultramarino; provavelmente deveria haver algum tipo de recrutamento nessas nações para assim poderem enviar material humano para fora do seu país e muitos outros deveriam mesmo serem mercenários. E isso nos faz voltar nesse mesmo texto, onde foi dito que os mercenários seguiam o tilintar das moedas e por isso não eram muito confiáveis; daí nós nos questionamos se esses soldados se encaixariam no perfil de combatente o qual José Antônio Gonsalves de Melo nos colocou anteriormente, como os que despertaram a consciência nacional nos pernambucanos.

A respeito do pagamento desses soldados, temos que dar uma atenção especial, pois, como dissemos anteriormente, vários dos soldados que aqui lutaram vinham por conta do dinheiro ou por serem praticamente obrigados (por serem considerados vagabundos), mas que de qualquer forma, tinham que serem pagos pela coroa. Essa espécie de salário era chamado Soldo, onde na maioria das vezes estavam atrasados ou simplesmente não eram pagos. Esse item é de grande importância para o nosso trabalho porque ele nos ajuda a entender, nos dá mais um motivo, mais uma evidência, para dar sustentação ao argumento que estamos defendendo desde o início do trabalho.

Durante uma guerra, é possível imaginar a dificuldade que se teria em pagar regularmente os combatentes, por isso é que *os soldados em campanha estão sempre com os*





soldos atrasados, esperando algum saque que possa trazer-lhes algum lucro (SILVA, 2001, p. 30). Porém, muitos soldados chegaram a fazer pedidos para que a Coroa pagasse seus soldos atrasados, onde alguns conseguem, outros não e alguns conseguem que se pague a metade do que é devido. O Cabo de esquadra Dom Francisco Molina, por exemplo, *recebeu duas pilouradas do inimigo, e por essa causa pede licença ao governador Matias de Albuquerque para se vir curar e tratar* (AHU_ACL_CU_015. Cx 2 D.149) dos ferimentos recebidos em batalha. Consta dever-se a ele *quarenta e três mil cento e oitenta que se lhe não pagou por não avendo na ditta praça de Pernambuco o que tudo consta* (AHU_ACL_CU_015. Cx 2 D.149). No final, o Cabo por ter servido durante três anos contínuos na guerra de Pernambuco, o Rei ordena *lhe mandar pagar o dito seu soldo para se remediar e curar para estar apto para tornar a servir a Vossa Majestade* (AHU_ACL_CU_015. Cx 2 D.149).

Outro caso de pedido de pagamento de soldos atrasados é de um soldado chamado Diego Salcedo, que servia no

Terço do Conde de Banhol assistente em Pernambuco para que servisse e consultasse o que passava-se em a qual petição diz que ele serviu a Vossa Magestade no dito stado três anos e no fim delles por ter uma enfermidade e não ter casa no dito estado alcançara licença de Matias de Albuquerque para vir a (AHU_ACL_CU_015. Cx 2 D.145)

Se tratar. O documento continua: *A Vossa Majestade lhe faça mercê em consideração de seus serviços e estar enfermo o pobre mardar-se lhe paguem os dados trinta e dois mil quinhentos e setenta [sic.] para poder curar-se armas ao serviço de Vossa Majestade.* (AHU_ACL_CU_015. Cx 2 D.145). Esse soldado não teve seu pedido totalmente pago; apenas a metade do soldo devido lhe foi pago.

Com esses dois casos já podemos ver uma breve semelhança entre eles. Ambos falam em enfermidades, ambos dizem que serviram durante três anos e ambos dizem que ao se curarem, irão voltar ao serviço do Rei. Segundo Cleonir Xavier de Albuquerque é grande o número de *referencias nos pedidos de mercês a ferimentos e sangue derramado durante a luta, o que certamente aumentava o mérito do requerente* (ALBUQUERQUE, 1968, p.29), e isso fazia com que mesmo que fosse uma inverdade, o pedido fosse completamente ou parcialmente aceito graças ao relato de que o combatente foi ferido na batalha.

Outro documento nosso que versa sobre soldo é de um capitão da companhia dos Napolitanos. O interessante desse relato é que o requerente é um padre, e isso nos remete ao caráter religioso que estava embebido também as guerras holandesas em Pernambuco, pois,





ao ter um padre como parte do exército, ele proveria aos combatentes uma espécie de motivação divina e rezaria para aqueles que morreram; causando conforto aos que lutavam e arriscavam suas vidas. O pedido do padre é de que o seu soldo seja aumentado, porque *ele tem de soldo cinco cruzados cada paga como qualquer soldado* (AHU_ACL_CU_015. Cx 3 D.195), e ainda diz que *é justo por ser clérigo, e tem muito trabalho. pello que para a vossa Majestade lhe faça mercê mandar se lhe dar doze cruzados de soldo, como se costuma dar pela coroa de Castela* (AHU_ACL_CU_015. Cx 3 D.195).

Os pedidos de aumento e obtenção de soldos atrasados eram muito comuns no decorrer das guerras, mas já no fim da ocupação neerlandesa, vários pedidos de mercês são feitos ao conselho ultramarino e esses pedidos ao longo do tempo vão aumentando e sendo pedidos por integrantes das famílias dos combatentes; alguns pedidos datam de 1692. Mas qual era a vantagem de pedir uma mercê? Primeiramente devemos salientar que possuíam vários tipos de mercês, e algumas delas davam ao agraciado vantagens únicas perante a sociedade. Em outros casos, a coroa concedia uma mercê para que o agraciado continuasse *a servir determinado número de anos; era uma forma de completar os anos de regimento ou visaria a manter ao serviço do rei soldado de reconhecido valor, numa guerra na qual tão necessitados eram* (ALBUQUERQUE, 1968, p. 15).

As mercês de cargos eram as mais frequentemente concedidas, já que não implicavam em despesa extraordinária para a Coroa (ALBUQUERQUE, 1968, p. 68), mas outras formas eram também bastante consagradas, como *as casas que sobre os terrenos devolutos haviam sido construídas por holandeses ou judeus [que] foram doadas em nome do rei em remuneração a serviços de destaque na luta contra os holandeses* (ALBUQUERQUE, 1968, p. 70).

Pereira da Costa, em seus Anais Pernambucanos (1983) dedica um trecho de sua obra para falar justamente desses prédios que foram concedidas como mercês para alguns dos “ilustres” das guerras holandesas em Pernambuco. Esses prédios estão listados todos em um livro chamado “Inventário das armas e petrechos bélicos que os holandeses deixaram em Pernambuco e dos prédios edificadas ou reparados até 1654” que foi editado e lançado apenas em 1838 pela Assembléia Legislativa do Recife. A respeito das mercês, Pereira da Costa diz:

Confiscadas pela coroa todas as casas construídas pelos holandeses, e entregues aos seus proprietários as originalmente portuguesas, e mediante indenização das benfeitorias as que foram levantadas em terrenos particulares, foram aquelas, em sua maior parte, doadas em nome de S.



Majestade, pelos governadores e oficiais militares em remuneração dos seus serviços na campanha contra os holandeses. (COSTA, 1983, pp. 384 – 385). E segue dando três exemplos dessas mercês que foram concedidas para os tais “ilustres”. Vejamos um exemplo:

Em 27 de setembro de 1656, ao mestre de campo João Fernandes Vieira, - “umas casas sobradas que estão dentro do Recife, na rua, que foi dos judeus, e lhes servia de esnoga” – de cujo prédio particularmente trataremos naquela data de sua doação (COSTA, 1983, p. 385).

Ao longo do nosso texto, dissemos que a vida de um soldado no Antigo Regime era difícil devido a vários fatores. Porém, uma vida militar que era almejada estava no oficialato, que *é visto como um instrumento de ascensão social* (SILVA, 2001, p. 132). Mas muitas vezes essa procura por cargos causava um reflexo não muito desejado pela Coroa e pelos requerentes que tinham seus pedidos negados, pois *o número de oficiais ultrapassa a necessidade, ou chega mesmo a ultrapassar o número de soldados* (SILVA, 2001, p. 133). Vejamos um exemplo: Jerônimo Faria foi capitão e serviu *doze anos efetivos em Africa e Armada Real e em os estados de Flandres* (AHU_ACL_CU_015. Cx 3 D.168). Ele pede *uma companhia de infantaria das que se mande levantar para as armadas do socorro do Brasil* (AHU_ACL_CU_015. Cx 3 D.168). Seu requerimento é extenso e ao que parece vai e volta várias vezes, mas na conclusão do documento é negado o seu pedido de mercê de capitão de uma companhia de soldados para o socorro do Brasil, pois haviam *muitos capitães e poucos soldados* (AHU_ACL_CU_015. Cx 3 D.168).

O Capitão Jerônimo Faria se encaixa também em outro dos nossos pontos levantados para mostrar que a identidade dele e de outros não são de brasileiros ou pernambucanos. Esse ponto o qual falamos é o de que vários militares de carreira, lutaram em outras partes do império português a fim de terem alto prestígio perante a sociedade. E a própria *Coroa procura encorajar soldados veteranos das guerras contra os holandeses no Brasil a irem servir nas tropas metropolitanas na guerra movida contra os espanhóis* (SILVA, 2001, p. 50).

Entre a nossa documentação temos a de um homem chamado Paulo Botelho, que é bastante rica, pois basicamente ele faz todos os pedidos os quais nós tratamos em diferentes pedidos (soldo atrasado, ferido em batalha, etc). Vejamos seu extenso pedido:

Com decreto do Governo de que de [sic.] deste presente ano veio remetida a este conselho uma petição de Paulo Botelho para que se visse e consultasse o que parecesse. Na dita petição alega o dito Paulo Botelho que ele serviu a Vossa Majestade mais de três anos na Guerra de Pernambuco de Alferes e Capitão de Infantaria Espanhola do terço da armada desta coroa, e que depois de muitos e perigosos encontros que teve com o inimigo Holandês,



em um deles foi muito mal ferido de um mosquetasso no braço esquerdo, e dele aleijado [sic.] feito pedaços, se embarcou com licença a tratar da melhoria dele, por estar incapaz de poder continuar a serviço de Vossa Majestade e porque ele [sic.] se lhe está devendo de seu soldo cento e noventa [e] três mil e sessenta e quatro [sic.] que venceu de Alferes e Capitão[.] Como se mostrava pelas certidões do li[vro] das matrículas, e faz[er] que apresentava, que por não haver faz[enda] Real naquela capitania não teve pagam[ento]; esse remetia a este Reino para que Vossa Majestade mandasse satisfações; Pelo que Pede a Vossa Majestade que tendo consideração ao sobredito e a estar atualmente com as feridas abertas que recebeu no serviço de Vossa Majestade, curando-se com cirurgião de que resultam muitos gastos, e ele está pobre e aleijado, lhe faça Vossa Majestade mercê mandar pagar o que se lhe está devendo para ajuda de se curar. Com a petição deferida e papeis que ela acusa, se mandou informar pelo Provedor dos Armazens; a que se satisfez dizendo, que tem procedido na Guerra de Pernambuco com particular valor, e que está com uma mosquetada em um braço, e que foi Capitão naquela guerra e veio com licença, e a todos que alegara vieram da mesma maneira, se fez remate.

Graças aos seus méritos, como o ferimento de batalha, e a indicação do Provedor dos Armazéns de que ele havia lutado na guerra com particular valor, mesmo não tendo fazenda real no momento nos armazéns, sua mercê é concedida.

Todos os argumentos mostrados no decorrer desse trabalho colaboram para o fortalecimento de novos debates acerca do período holandês no Brasil e sobre as conseqüências que esse período trouxe em especial para Pernambuco, tanto na historiografia, quanto no senso comum. É importante salientarmos é preciso se fazer mais pesquisas sobre esse tema, visitando mais a coleção do Arquivo Histórico Ultramarino, pois lá existem muitos documentos ricos e ainda inéditos.

REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier. **A remuneração de serviços da guerra holandesa.** Recife: Imprensa Universitária, 1968.

_____. **Receita e despesa do estado do Brasil no período Filipino.** Recife: Imprensa Universitária, 1985.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos, vol. 3.** Recife: FUNDARPE, 1983.

MELLO, Evaldo Cabral de. (org.). **O Brasil holandês(1630-1654).** São Paulo: Penguin Classics, 2010.





MELO, José Antônio Gonsalves de. **Periódicos v. II** 1945.

SILVA, Kalina Vanderlei. **O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial**. Recife: Fundação de Cultura cidade do Recife, 2001.

Documentos:

AHU_ACL_CU_015. Cx 2 D.149

AHU_ACL_CU_015. Cx 2 D.145

AHU_ACL_CU_015. Cx 3 D.168

AHU_ACL_CU_015. Cx 3 D.195

AHU_ACL_CU_015. Cx 3 D.202